



Atos Normativos

Data do documento	Título	Resumo
22-Out-2024	<u>INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 4, DE 22 DE OUTUBRO DE 2024</u>	Elucidação do termo "Tratamento de Denúncias" no contexto do Programa de Integridade (inciso IV - do parágrafo 1º, art. 5º da RESOLUÇÃO SUSEP Nº 34, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2023);
28-Jun-2024	<u>INSTRUÇÃO NORMATIVA COGER/SUSEP Nº 8, DE 28 DE JUNHO DE 2024</u>	Disciplina o Fluxo de Tratamento das Denúncias à Corregedoria (COGER) da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e dá outras providências.
23-Set-2022	<u>INSTRUÇÃO NORMATIVA COGER/SUSEP n.º 3 de 23/09/2022</u>	Cria o Repositório de Conhecimento e disciplina o processo de trabalho "Disseminação de Conhecimento" na Unidade de Corregedoria -COGER/SUSEP.
25-Out-2022	<u>INSTRUÇÃO NORMATIVA COGER/SUSEP Nº 5, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022</u>	Disciplina o processo de trabalho "Capacitação dos Servidores da COGER".
19-Mar-2015	<u>DELIBERAÇÃO SUSEP N.º 171, DE 19 MARÇO DE 2015.</u>	Altera e consolida a Política de Segurança da Informação e Comunicações – Posic, da Superintendência de Seguros Privados – Susep e dá outras providências.

6-Dez-2019	<u>DELIBERAÇÃO SUSEP Nº 233, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2019.</u>	Dispõe sobre a política de gestão de riscos da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP
5-Mar-2020	<u>DELIBERAÇÃO SUSEP Nº 235, DE 05 DE MARÇO DE 2020.</u>	Dispõe sobre a constituição do Comitê de Governança, Riscos e Controles – CGRC.
15-Jul-2022	<u>RESOLUÇÃO SUSEP Nº 19, DE 15 DE JULHO DE 2022</u>	Aprova o Código de Ética Profissional do Agente Público da Superintendência de Seguros Privados – Susep.
2-Mai-2022	<u>RESOLUÇÃO SUSEP Nº 14, DE 02 DE MAIO DE 2022</u>	Disciplina o processo administrativo normativo da Superintendência de Seguros Privados - Susep.
16-Fev-2022	<u>PORTARIA SGP/SEDGG/ME Nº 1.455, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022</u>	Dispõe sobre a atualização e a validação obrigatórias de dados cadastrais pessoais e funcionais dos agentes públicos civis do Poder Executivo Federal.
1-Ago-2013	<u>LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013.</u>	Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.
29-Jan-1999	<u>LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999.</u>	Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
11-Dez-1990	<u>LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990</u>	Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.
18-Nov-2011	<u>LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.</u>	<i>Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.</i>
2-Jun-1992	<u>LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE</u>	Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o §

	1992	4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências.
14-Ago-2018	LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018	<i>Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).</i>
5-Set-2019	LEI Nº 13.869, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019	Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).
3-Mar-1998	LEI Nº 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998.	Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências.
9-Dez-2020	DECRETO Nº 10.571, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2020	Dispõe sobre a apresentação e a análise das declarações de bens e de situações que possam gerar conflito de interesses por agentes públicos civis da administração pública federal.
11-Jul-2022	DECRETO Nº 11.129, DE 11 DE JULHO DE 2022	Regulamenta a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.
30-Jun-2005	DECRETO Nº 5.480, DE 30 DE JUNHO DE 2005	<i>Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.</i>
8-Ago-2019	Instrução Normativa CGU 13/2019	<i>Define os procedimentos para apuração da responsabilidade administrativa de pessoas jurídicas de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a serem observados pelos órgãos e entidades do Poder Executivo federal.</i>
11-Out-2022	PORTARIA NORMATIVA CGU Nº 27, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022	Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal de que trata o Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, e sobre a atividade correcional nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.
22-Abr-2024	PORTARIA NORMATIVA Nº	Altera a Portaria Normativa CGU nº 27, de 11 de outubro de 2022, que dispõe sobre o Sistema de

[123, DE 22 DE ABRIL DE 2024](#)

Correição do Poder Executivo Federal.

12-Nov-2021

[RESOLUÇÃO CNSP Nº 428, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2021](#)

Dispõe sobre o Regimento Interno da Susep.

18-Out-2022

[RESOLUÇÃO CNSP Nº 449, DE 18 DE OUTUBRO DE 2022](#)

Dispõe sobre o Regimento Interno da Susep